

REESTRUTURAÇÃO URBANA E SOCIAL DA FRONTEIRA: MAPEAMENTOS E DEBATES

GARCÍA GALINDO, Karen Julieth ¹

COSTA SILVA, Paulo Roberto ²

MACHADO ANGILELI, Cecilia Maria de Moraes³

ZANDONADE, Patricia ⁴

RESUMO

A Escola Popular de Planejamento da Cidade é uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo que associa a pesquisa-ação e a educação popular tem como objetivo interferir na produção desigual das cidades. Tem como antecedentes estudos colaborativos em mais de 300 favelas brasileiras, e projeto de pesquisa em rede sobre as remoções forçadas, denominado Observatório de Remoções. Na Fronteira Trinacional, este projeto baseia-se na partilha ativa de experiências solidárias e emancipatórias, com estudantes universitários de toda a América Latina e do Caribe, populações vulneráveis as remoções forçadas e a processos de injustiça ambiental, movimentos sociais e instituições de direito. Com essa rede colaborativa, são pensadas soluções que reduzam os conflitos humanos e urbanos identificados. O principal resultado nos últimos dois anos de trabalho, são mais de 60 ações de baixo custo, envolvendo 250 voluntários em processos de formação emancipatórios, cinco comunidades vulneráveis e mais de 5 mil pessoas que conquistaram o direito de permanecer em suas casas.

Palavras-chaves: direito à moradia, educação popular, remoções forçadas.

1 INTRODUÇÃO

1 Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo, - ILATIT – UNILA; bolsista UNILA. E-mail: kjg.galindo.2016@aluno.unila.edu.br;

2 Estudante do Curso de Historia, - ILAACH – UNILA; Bolsista UNILA. E-mail: prcd.silva.2016@aluno.unila.edu.br

3 Docente do ILATIT – UNILA. Orientador de bolsista extensão. E-mail: cecilia.angileli@unila.edu.br

4 Docente do ILATIT – UNILA. Orientadora de IC e Mestrado. E-mail: patricia.zandonade@unila.edu.br

A Escola Popular de Planejamento da Cidade é uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo que envolve pesquisadores, moradores, técnicos e lideranças locais. Ao longo diversos encontros itinerantes realizados na universidade, em organizações de direitos humanos e nas comunidades, os participantes aprofundam temáticas específicas referentes aos impactos dos grandes projetos em áreas urbanas e rurais, bem como desenvolvem ações de resistência às remoções forçadas e à injustiças ambientais.

Tem como objetivo construir um banco de dados sobre essas violações e difundir-lo através de ferramentas de comunicação popular e social. A partir deste dimensionamento e fomento do debate, subsidia as comunidades afetadas localizadas nessas regiões com ferramentas de conhecimento e análise da situação, bem como auxilia na organização de dossiês de denúncia e/ou planos alternativos às remoções.

2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa parte-se do princípio de que as cidades não devem ser compreendidas e planejadas apenas com procedimentos de estudo e intervenção prontos/padronizados, concebidos a partir de um enfoque universalista e distanciado, excluindo seu caráter local. Ao contrário, é decisiva a inserção do estudante, docente, profissional, pesquisador na realidade que pretende conhecer e dos interlocutores desses estudos como protagonistas de sua realização. Assim, este trabalho associa procedimentos da pesquisa ação e da educação popular como forma estratégica de atuação a partir da realidade concreta. A pesquisa-ação é um método que possibilita os participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica, e a Educação Popular é um método de educação que valoriza os saberes populares e culturais como base para a construção de novos saberes.

A partir deste entendimento são realizados os seguintes procedimentos:

- 1 ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ESTUDOS COLABORATIVOS**
- 2 IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS VULNERÁVEIS**
- 3 CONSTRUÇÃO DA REDE DE ATUAÇÃO**
- 4 ESTUDOS COLABORATIVOS E EDUCOMUNICAÇÃO**
- 5 PLANOS ALTERNATIVOS ÀS REMOÇÕES**

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Relatoria Especial da ONU de Direito à Moradia, o direito a moradia significa mais que um teto e quatro paredes, é ter um padrão de vida adequado. Assim, a moradia precisa ter qualidade, estar próxima a equipamentos e serviços públicos, ser adequada culturalmente, ter um custo acessível e seus moradores devem ter a segurança de permanência.

Na América Latina, o número de famílias que não tem recursos para adquirir ou construir uma habitação com esse padrão é imenso. Com isso forma-se um grande abismo entre o direito à moradia adequada que consta na maioria das constituições latino-americanas, e sua plena efetivação. Esse abismo entre o direito e a realidade, vem se ampliando nos últimos anos com a alta valorização imobiliária decorrente de um entendimento da cidade enquanto mercadoria. Ou seja, se por um lado a moradia e o solo urbano são bens essenciais à vida, na economia capitalista eles são mercadoria, sendo mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada.

Essa cidade entendida como mercadoria amplia os processos de exclusão em especial quando o planejamento urbano é caracterizado pela implantação de grandes projetos que geram processos de gentrificação, termo que caracteriza a elitização de uma área a partir de transformações urbanas e sociais com a expulsão da população pobre originária. Essa gentrificação que era relacionada a áreas centrais abandonadas, agora também vem sendo ampliada para áreas periféricas das cidades com grande concentração de favelas e loteamentos irregulares que demandam um valor de remoção muito baixo e que, podem ser rapidamente transformadas em "zonas livres" com potencial para atrair novos investimentos.

Na Fronteira Trinacional esse processo se repete, na cidade de Foz do Iguaçu (BR), estão sendo pensados mais de 30 grandes projetos urbanos que já geram grande especulação imobiliária e valorização do solo, e assim são de grande impacto social.

4 RESULTADOS

Essa reestruturação urbana e social descrita, tem atingido nos últimos anos diversas comunidades. Uma das principais comunidades afetadas acompanhada pela EPPC é a comunidade Bubas localizada na região Sul do município e que terá nos

próximos anos grandes projetos continentais de infraestrutura viárias. Com cerca de 5000 habitantes, esta é a maior ocupação urbana do Estado do Paraná.

Esta ocupação que tem início em 2013, teve sua reintegração de posse determinada no mesmo ano. A EPPC, realizou diversas ações colaborativas e solidárias com o apoio de instituições de direito (Defensoria Pública do Estado do Paraná), e movimentos sociais, e promoveu com pouco recurso financeiro a participação de bolsistas e mais de 250 voluntários, em especial estudantes da UNILA vindos de diversos países da América Latina e Caribe, diversos estudos e ações que resultaram em 2018 no cancelamento do processo despejo. Assim, os moradores ganharam o direito de permanecer em suas casas na ocupação Bubas, uma decisão jurídica histórica na região e no país.

Também foram ampliadas as ações para outras ocupações, favelas, assentamentos do campo e conjuntos habitacionais na região, além de áreas contaminadas, gerando novas ações de defesa a moradia digna. Todos esses casos são acompanhados pelo NUFURB da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Assim, ampliou-se muito a demanda de trabalho da EPPC, como vemos abaixo:

- 1 OCUPAÇÃO BUBAS 2015 – 2018**
- 2 CIDADE NOVA II 2016 – 2018**
- 3 ACAMPAMENTO MST CHICO MENDES MATELÂNDIA 2018**
- 4 COMUNIDADE HORTA DA MARIA VILA C 2018**
- 5 OCUPAÇÃO CONGONHAS 2018**
- 6 CONJUNTO HABITACIONAL LAGOA DOURADA 2018**

5 CONCLUSÕES

A EPPC em seus quatro anos de ação, possibilitou processos de formação colaborativa e integração intercultural, além de promover o protagonismo estudantil na proposição de soluções para a qualificação do ambiente habitado. Associou ensino – pesquisa – extensão, se articulou com diversas universidades, movimentos sociais e instituições de direito, sendo uma metodologia já replicada em outras IFES. Mesmo com a multiplicação da metodologia, percebemos em diálogo com os outros espaços de educação que a experiência colaborativa estabelecida na EPPC em especial nos três primeiros anos de trabalho, não foi replicada com o mesmo sucesso. Entendemos que isso, se deva pelo perfil estudantil da UNILA caracterizado pelo compromisso

político e humano, e uma clara empatia com as população envolvidas e suas vulnerabilidades.

Quanto aos planos alternativos às remoções forçadas, tivemos dois importantes resultados: 1- a reversão do processo de reintegração de posse da ocupação Bubas – finalizado em maio de 2018 – e encaminhamento para a regularização fundiária; 2- a reversão do processo de reintegração de posse da ocupação Congonhas – finalizado em maio de 2018 – com recomendação para reassentamento da população ao lado da comunidade atual, em projeto urbano modelo que respeite as demandas da população bem como as fragilidades ambientais da região. Ambas são exemplos de conquista, porém ainda são muitos os trabalhos necessários para a efetivação do direito à moradia digna.

Somadas todas as comunidades trabalhadas, contribuimos com mais de 5000 pessoas através de processos solidários e transformadores de educação libertária.

6 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGILELI, C.M.M. Chão. Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. 2012

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos /. Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. -. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

Observatório de Remoções 2015- 2017: Relatório final de projeto
Coordenação: Raquel Rolnik, Karina Leitão, Francisco Comaru e Regina Dulce Lins.
– São Paulo: FAUUSP, 2017.